PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. JOSÉ NELTO)

Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer o direito ao reparo de produtos pelo consumidor ("Ato de Reparo Justo").

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera trechos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer o direito ao reparo de produtos pelo consumidor.

Art. 2° Acrescenta os § 7°, § 8° e § 9° ao art. 18 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990:

Art. 18	 	

- § 7° O fornecedor é obrigado a prover ferramentas, peças e instruções tanto para os consumidores quanto para profissionais independentes que atuem com o reparo ou manutenção de seus produtos.
- § 8° Nas hipóteses em que o produto esteja em período de garantia, seja contratual ou legal, o consumidor poderá realizar o reparo ou a manutenção diretamente ou por meio de profissional de sua livre escolha, sem que para tanto isto importe em perda da salvaguarda.
- § 9° Caso o reparo seja decorrente de vício ou defeito no produto, ainda que seja realizada em local diverso das oficinas credenciadas pelo fornecedor, permanece a responsabilidade deste, salvo se comprovar que a intervenção foi realizada de modo irregular ou em prejuízo ao produto.





JUSTIFICAÇÃO

Quando um produto apresenta defeito ou vício, ou mesmo nas hipóteses de manutenção periódica deste, o fornecedor acaba por obrigar o consumidor a fazê-lo em oficina credenciada, sob pena de cobertura securitária.

O exemplo mais conhecido para tais hipóteses, está na previsão constante do manual do proprietário de veículos zero km, onde consta expressamente a informação de que quaisquer intervenções no automóvel, no período da garantia, deverão ser feitas exclusivamente pela rede autorizada da fabricante.

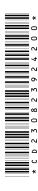
Ainda como forma de garantir a fidelização do consumidor em determinadas empresas credenciadas, muitos fornecedores não disponibilizam manuais de funcionamento e reparo de seus equipamentos, tampouco ofertam ao mercado os equipamentos de reparo e manutenção necessárias ao conserto ou manutenção por terceiros não credenciados.

O resultado desse cenário impõe ao consumidor a vinculação à determinadas oficinas e, com isso, acabam por pagar alto preço pelo reparo ou manutenção.

Não bastasse, fato é que, em determinados casos, o consumidor também é forçado a aguardar expressivo prazo de reparo ou manutenção, diante do desequilíbrio entre a demanda (muitos consumidores) e a oferta (poucas oficinas).

Temos então um modelo de negócio extremamente fechado, que incorpora os serviços de reparo e manutenção em favor de específicas empresas que, por sua vez, cobram elevados preços para o fornecimento de tais serviços. Caso o consumidor não cumpra "à risca" essa regra, acaba sendo penalizado com a perda da garantia e negativa da prestação dos serviços, mesmo quando há vício ou defeito no produto – portanto, responsabilidade do fornecedor.





Esse cenário não é uma exclusividade do cidadão brasileiro. No Estados Unidos, por exemplo, tal prática está sendo compelida diante do que se denominou como sendo o "direito de reparar".

O referido movimento americano, lá denominado de "Right to Repair", busca tornar disponíveis diagnósticos, reposição de peças e instruções de reparo para consumidores e vendedores independentes sem que eles tenham que arcar com custos altos de reparo. Na Europa, há grande debate na busca de normas que busquem forçar fabricantes a produzir bens que sejam mais fáceis de reparar.

Trata-se de movimento que igualmente deve ser privilegiado aqui no Brasil.

Precisamos debater, aprimorar e implementar normas que permitam aos consumidores e prestadores de serviços independentes (não credenciados pelo fornecedor) o amplo acesso às informações e peças necessárias ao reparo e à manutenção dos produtos e, com isso, resultar em benefício ao mercado de consumo.

É inegável que o direito ao conserto proporcionará aos consumidores a liberdade de ter seus produtos consertados por ele mesmo, quando possível, ou mesmo por um prestador de sua livre escolha, acabando com possível exclusividade de determinadas oficinas credenciadas pelo fabricante.

A aprovação deste projeto significa que os consertos serão mais baratos e mais amplos. Mais ainda, em alguns casos, o reparo ocorrerá de modo célere.

Assim, convicto do acerto e da relevância desta proposta, que certamente será aprimorada no decorrer do processo legislativo, conto com o apoio dos nobres parlamentares para a provação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado **JOSÉ NELTO** (PP/GO)



